

NOTÍCIAS AFRICANAS

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 25 A 31 DE OUTUBRO DE 1993

GUINÉ-BISSAU

Nino tenta retomar apoio camponês

O processo eleitoral na Guiné-Bissau marcha lentamente e ainda não se vislumbra um opositor capaz de derrotar Nino Vieira nas eleições presidenciais do próximo ano. O presidente Nino vem ultimamente procurando reabilitar as relações que, no tempo da luta pela independência, o PAIGC tinha com as autoridades tradicionais das aldeias e das tabancas do interior do país.

Na Guiné-Bissau, nenhuma força eleitoral poderá vencer sem o apoio dos anciãos comunitários. A autoridade tradicional desempenha ainda um papel de líder no seio dessas comunidades camponesas.

Nas regiões libertadas pelo PAIGC antes da independência, foram criados comitês de aldeia, de tabanca, de zona e de re-

gião, eleitos pelas populações locais. Aos comitês de aldeia e de tabanca competia o controle do Estado e do PAIGC no local e nada poderia ser decidido sem ouvi-los. Essa antiga realidade está muito bem lembrada numa matéria de António Nhaga para a edição de setembro passado do *Informe África Confidencial*.

No entanto, muita coisa mudou depois da independência, com a centralização do poder na capital. Já anos atrás, um velho militante do interior reclamava: "O Estado, desde que começou a existir, furtou-nos, a nós, comitês de base, o poder. Durante a guerrilha, a escola, o posto de saúde, o Armazém do Povo e as milícias dependiam dos comitês. Agora, qualquer funcionário do Estado que trabalhe aqui pode fazer o

que lhe apetece sem que possamos intervir porque ele obedece somente ao seu ministro."

Como se diz no Brasil que treino é treino e jogo é jogo, poderíamos comentar que, nesse caso, luta de guerrilha e região libertada - que parecia ser jogo - eram só treinos. O jogo mesmo foi resolvido depois da independência, com novas regras.

Será que Nino Vieira, o outrora legendário comandante Kabi da guerrilha, vai convencer a brava gente do interior de que as regras podem ser mudadas e ficarem mais parecidas com as do antigamente da história?

José Maria Nunes Pereira

ANGOLA

Guerra concentra poder na Presidência

Está desaparecendo na prática o sistema semi-presidencialista ensaiado após as eleições, com a nomeação de Marcelino Moco para primeiro-ministro. Moco tornou-se, então, a mais importante figura do executivo de origem ovimbundu, a mesma etnia de Savimbi.

Com a demissão de Salomão Xirimambi, indicado por Moco para ministro da Fazenda, o homem forte da economia angolana voltou a ser Emanuel Carneiro, ligado ao presidente Dos Santos. Restou ao primeiro-ministro arcar com o ônus de uma situação governamental da qual ele é muito pouco responsável.

Emanuel Carneiro vem executando uma política econômica que tem sido bastante contestada pelo Fundo Monetário Internacional e círculos financeiros internacionais, especialmente no que concerne à manutenção de uma dualidade cambial. No entanto, a situação de guerra contra os rebeldes da Unita leva o governo de Luanda a não priorizar um programa de reajustamento estrutural nos moldes do FMI, embora isso seja indispensável

para a regularização da situação financeira externa de Angola junto aos credores ocidentais.

O fim da dupla taxa cambial só está prevista para o primeiro semestre do próximo ano. Haverá então um programa de desvalorizações declinantes e será encorajada a instalação formal de casas de câmbio.

Petróleo rentável - A extração de petróleo em Angola continua sendo muito rentável. As companhias petrolíferas consideram que, além do baixo custo de extração (menos de US\$ 4 o barril), o regime fiscal angolano é "adequado". Isso as leva a investir, apesar da guerra. Seis consórcios já assinaram, mês passado, novos contratos e esperam-se que até o fim do ano mais outros cinco o façam.

No primeiro trimestre de 1993, o petróleo participou com 99,4% das exportações, num valor de US\$ 703 milhões, menos 13,4% que igual período do ano passado. Essa baixa se deve à ocupação pela Unita de uma área de produção on shore. Os Estados Unidos, com 88,5%, e a CEE, com 5%, são os principais importadores. (JMNP)

Ficar ou partir? (Pág. 2)

Maré de emoções e de idéias (Pág. 3)

ONU levanta sanções (Pág. 4)

Angola: ver para crer (Pág. 5)

Afrikanerdom divided (Pág. 5)

Eduardo dos Santos diz não à Unita (Pág. 6)

Governo impõe condições à Unita (Pág. 6)

ANC não recusa referendo (Pág. 7)

Cem mil mortos depois (Pág. 8)

O lado oculto de uma eleições (Pág. 9-10)

'Marketing' e democracia (Pág. 11)

Eu, preto e moçambicano, tornei-me racista! (Pág. 12)

Portugal vai formar forças especiais em Moçambique (Pág. 13)

Luanda mobiliza jovens de 19 anos (Pág. 14)

Blondin Beye satisfeito com a Unita (Pág. 14)

MOÇAMBIQUE

À espera de Ghali

Os diferendos existentes entre o governo e os partidos de oposição, particularmente a Renamo, se até o momento não evoluíram para relançar a guerra, tampouco regressaram para criar as condições suficientes para a paz. De onde vem tanto desacordo para tão pouco que resta do país?

Já não se trata da luta ideológica entre direita e esquerda, entre socialistas e capitalistas. A fonte das contradições entre os moçambicanos na atual fase, surgida na retórica da guerra, impede a que cada grupo social, com afinidades que lhe permitam sobreviver e criar as condições mínimas de reprodução social, defendam seus interesses antes do interesse geral. "Farinha pouca, minha uchua primeiro." As contradições étnicas e raciais advêm daí e não o contrário. Em meio a tanta miséria, desagregação social e futuro incerto, a diferença do outro passa a ser a causa de sua própria desgraça.

Os grupos se confrontam para obterem posições onde possam garantir situações econômicas pessoais imediatas mais vantajosas (melhores casas na cidade, postos no aparelho de Estado etc.). Em Moçambique, a luta política regressou ao nível sindical.

A visita do secretário geral da ONU, Butros-Ghali, poderá contribuir para gerar um clima de confiança entre a Renamo e o governo? Apenas administrativamente é o que mais se pode esperar em Maputo. De seu lado, Dhlakama anunciou que poderá acantonar e desmobilizar suas forças a partir de 30 de novembro se a ONU enviar tropas para fiscalizar a polícia e desmobilizar as forças não-regularizadas do governo.

Como quer que seja, com certeza as conversações girando em torno da Lei Eleitoral e, ao que tudo indica, haverá tempo suficiente para se realizar as eleições em outubro de 94, em meio às contradições atuais.

Ricardo Torroni

Comunidade portuguesa na África do Sul vive momentos difíceis

Ficar ou partir?

PÚBLICO, 7.10.93

Carlos Abreu

Os emigrantes portugueses na África do Sul estão muito preocupados com o seu futuro. A vaga de violência que assola o país provocou este ano a morte de 35 portugueses. Muitos deles recordam já os anos difíceis da descolonização. Mas um regresso em massa dos milhares de portugueses ali radicados seria catastrófico. Para já, ninguém sabe quantos voltaram.

Os consulados portugueses na África do Sul emitiram nos últimos três anos mais de 1682 certificados de bagagem. Trata-se de um documento requerido por um agregado familiar que pretenda colocar fora do país alguns dos seus bens. Mas ao certo ninguém sabe quantos portugueses deixaram a África do Sul. Neste momento, a comunidade ali residente está muito preocupada com a situação de insegurança. Só este ano "já foram assassinados cerca de 35 emigrantes", disse ao PÚBLICO o presidente da comissão política do PSD em Joanesburgo, Tony Saramago.

O corpo diplomático não dá, no entanto, grande importância ao número de certificados emitidos. Segundo o conselheiro social da embaixada, Carlos Gomes da Silva, "não há saída em massa ou qualquer situação de pânico. As pessoas estão apenas a assegurar o seu futuro." Este ano, deverão voltar a ser emitidos mais 800 certificados de bagagem.

Mas para José Luís da Silva, um jornalista português a viver actualmente em Joanesburgo, "o regresso ou o abandono é contemplado

por um grande número de portugueses, se se tomar em linha de conta a transferência de divisas altíssimas, o encerramento de contas bancárias e o quintuplicar de contentores em relação ao ano anterior". "A violência perpetrada contra os portugueses é interpretada como 'o princípio do fim'."

Comunidade despolitizada

Na África do Sul residem actualmente, de acordo com a embaixada aí, cerca de 300 mil portugueses. Tal número é contrariado por muitos emigrantes que defendem a existência de pelo menos 600 mil descendentes lusos, dos quais cerca de metade são madeirenses.

A comunidade, vocacionada principalmente para a actividade comercial, sempre viveu bastante alheada da vida política local, encarando qualquer mudança com grande resistência. Segundo Tony Saramago, "muitos emigrantes pararam no tempo em termos políticos. As pessoas saíram de uma ditadura e vieram para outra." Só assim se pode compreender que apenas 100 mil portugueses possam votar nas eleições que ocorrerão em Abril do próximo ano. Pouco mais de um por cento do eleitorado sul-africano.

Uma parte substancial da comunidade apoia o Partido Nacional, de Frederik de Klerk. Como fruto desta simpatia política, os portugueses foram relativamente bem tratados desde que este partido assumiu o poder em 1948. Mas em Maio de 1991, durante um encontro com os emigrantes residentes em Joanesburgo, o presidente do governo regional da Madeira defendeu que a comunidade ali residente devia relacionar-se com o Congresso Nacional Africano (ANC).

A posição assumida por Alberto João Jardim surge como resposta a um pedido dos portugueses presentes neste encontro. Os emigrantes queriam que o chefe do Executivo madeirense transmitisse às autoridades brancas sul-africanas e aos líderes negros do ANC e do Inkhata a "disponibilidade da comunidade portuguesa para participar, com segurança,

na construção de uma nova África do Sul". Sobre esta reunião pairava já o fantasma da violência e a ameaça iminente de uma saída em massa. Moçambique, onde a paz começava a ser uma realidade, apresentava-se como um destino muito apetecível. Muitos emigrantes pensavam no regresso às origens.

Em Setembro deste ano, Alberto João Jardim voltou a visitar a África do Sul, encontrando-se novamente com os dirigentes do ANC e do Inkhata. Desta vez, o chefe do Executivo madeirense aconselhou a comunidade portuguesa a fazer exigências antes de manifestar as suas opções políticas. Segundo João Jardim, os emigrantes deverão tomar posições moderadas, evitando qualquer extremismo.

O recado deixado pelo líder do PSD madeirense pode ser lido como uma advertência às ligações entre determinadas franjas da comunidade e os movimentos de extrema-direita. Mas para Tony Saramago este não é um problema particularmente importante. "Em todo o país não são mais de 33 os portugueses envolvidos com esses partidos."

O presidente da comissão política do PSD em Joanesburgo está muito mais preocupado com a imagem negativa que os sul-africanos têm da comunidade portuguesa. Em declarações ao PÚBLICO, Tony Saramago recorda um debate recentemente realizado na Rádio 702 — uma das estações mais escutadas da África do Sul —, durante o qual os portugueses foram associados a actos de "violação das jovens africanas a quem davam emprego".

"Negócios de alto risco"

A actual situação económica da África do Sul é extremamente preocupante. Segundo Carlos Gomes da Silva, cerca de 50 por cento da população activa sul-africana está desempregada. Trata-se de um dado importante para compreender a vaga de violência que assola o país. E os portugueses não têm ficado imunes a essa violência. Muitos emigrantes são proprietários de "quitandas" (onde vendem fruta e

hortaliça) e "cafés" (onde vendem pão, leite, ovos, cigarros e refrigerantes).

O número significativo de portugueses assassinados está muito associado ao negócio dos cafés. Para Tony Saramago, trata-se de "negócios de alto risco, já que estão abertos das cinco horas da manhã até às 20 horas". Mas para o advogado José Nascimento, os incipientes sistemas de segurança utilizados pelos comerciantes portugueses também justificam muitos assaltos. "As lojas dos gregos, por exemplo, têm sempre um guarda armado à porta."

Mas se para uns a hora de partir pode estar a chegar, para outros a certeza de ficar leva-os a aumentar os investimentos. Uma situação que se justifica em grande medida pela existência, no seio da comunidade, de duas camadas etárias claramente distintas. Os mais novos (segunda e terceira gerações) encontram-se completamente integrados e não pensam partir, enquanto a primeira geração de emigrantes — que ainda mantém muito viva na memória o período difícil da descolonização — encontra agora uma boa razão para regressar a Portugal.

Os que pretendem ficar intensificam já os contactos com a classe política local. É o caso da Associação dos Jovens Profissionais e Empresários Portugueses (AJEEP) que no próximo dia 30 contactará com a presença de Nelson Mandela no encontro que anualmente promove. Para o presidente da AJEEP, Manuel Moutinho, esta iniciativa constitui "um primeiro passo para integrar a juventude portuguesa na futura África do Sul e sensibilizar o presidente do ANC para o nosso calibre e potencial empresarial".

Um regresso em massa dos 600 mil portugueses ali residentes seria, no entanto, uma catástrofe. Por um lado, não haveria estruturas para os acolher e, por outro, os sul-africanos perderiam milhares de comerciantes que asseguram a distribuição sobretudo de bens alimentares em algumas das zonas de maior risco no país. Daí que Alberto João Jardim já em 1991 tivesse deixado o aviso: "Quem sair perderá e quem ficar terá que aguentar." a

Conselho da Internacional Socialista reunido em Lisboa

Maré de emoções e de ideias

PÚBLICO, 7 10 93

Duarte Moral

Peres e Mandela foram as vedetas do primeiro dia do Conselho da IS, aquecendo e emocionando o ambiente. A John Smith coube a ideologia, fixando no pleno emprego a grande batalha dos socialistas e garantindo que a "maré de ideias" está agora no campo da esquerda. "Atrás dela virá a maré da História", prometeu o líder trabalhista britânico.

Shimon Peres falou dum "espécie de Benelux" como o modelo de associação económica que no futuro unirá Israel, Palestina e Jordânia e falou nos "amigos

palestinos". Nelson Mandela afirmou que a defesa, que agora professa, do levantamento das sanções internacionais à África do Sul não deve ser entendida como uma "prenda" para o "bem

comportamento" do presidente De Klerk. O ministro dos Negócios Estrangeiros e dirigente trabalhista israelita e o líder do ANC eram as vedetas do Conselho da Internacional Socialista, que hoje termina em Lisboa, e fizeram questão de o confirmar nas suas intervenções, calorosamente recebidas pela audiência.

Quando Peres, uma vez terminada a sua intervenção, se despediu de Mandela com um abraço emocionado, o gesto contagiou a sala, de pé, já rendida num longo aplauso. Foi, indiscutivelmente, o momento alto da reunião de dois dias que trouxe a Lisboa uma importante porção de dirigentes socialistas.

"Não estávamos em conflito com os palestinos e com os árabes; estávamos em conflito

conosco próprios. Na história do povo judaico, nunca dominámos outros povos, nunca!" O primeiro a falar foi o ministro de Israel, o principal negociador do lado judaico no recente acordo de paz celebrado com a OLP, numa intervenção virada para o futuro. Mesmo com algo de visionário, como quando não se esqueceu de falar no "côsu azul e no mar quente", propiciador a uma aposta no turismo num Médio Oriente em paz. Falou, numa admissão do que se fala, na prática, de um Estado palestino, no interesse israelita em que os palestinos construam uma sociedade bem estruturada, social e economicamente desenvolvida, para o que apelou ao apoio fi-

Continua na pág. 4

O PROTAGONISTA

Sapatos, um padre negro e Gungunhana

PÚBLICO, 7 10 93

"TRAGAM os vossos milhões. Ajudem-nos a construir uma nova África do Sul", pede Nelson Mandela. O cenário não pode ser mais significativo, e é tão incrível como tudo o que se tem passado em volta desta lenda feita homem numa tarde de Fevereiro de há três anos, data da sua libertação: o líder negro do temível Congresso Nacional Africano (ANC) diante de banqueiros, de empresários, do representante da comunidade madeirense, na sede da Câmara de Comércio luso-sul-africana.

O porta-voz dos investidores portugueses no antigo país do "apartheid" enumera os "grandes" que ali haviam sido homenageados antes: Soares, De Klerk, Botha, Buthelezi, Chris Barnard (o pioneiro vedeta dos transplantes). "De todos", diz, emocionado, "o senhor está no 'top'".

Na hora da saudação protocolar, Mandela olha nos olhos a assistência, que se comprime na pequena sala. As frases saem-lhe pausadas, mas sem hesitações: "Quaisquer que sejam as críticas [aos homens de negócios na África do Sul] — e temos muitas — é preciso que apoiem o processo democrático." Coloca, em seguida, as cartas na mesa. "Não têm nada a temer: não haverá confiscação dos vossos bens; poderão expatriar os vossos lucros. Mas é preciso que o fooso diminua. Na África do Sul, os grandes negócios estão todos nas mãos de brancos. Os empresários negros devem subir ao mesmo nível. Podemos consegui-lo, se fizerem 'joint ventures' com eles."

Sai, no meio de aplausos, que não cessou de ouvir desde que desembarcou no aeroporto da Portela, há três dias. Senhor de um segredo que arrasta na mesma onda de simpatia Horácio Roque, Joe Berardo, nesta sala, e Guterres, Brizola, Peres, Tomas Borge, Mauroy, meia hora antes, na conferência da Internacional Socialista; e que permite a intrigante simbiose entre o neutro "caros senhores" ("dear persons") empresarial, o caloroso "camaradas e amigos" internacional socialista, e aquele punho direito erguido para a ruidosa claque de jovens comunistas, bandeira da JCP desfaldada, na terça-feira, na Aula Magna.

Não parou de cavalgar em direcção à Presidência este homem vindo do fundo dos anos 60, no mais racista dos países da

terra. Vitoriosa caminhada desde o momento de deixar as grades de Victor Verster, às 14h15 de 11 de Fevereiro de 1990 — um tudo nada vacilante, a mão de Winnie a conduzi-lo, e aquele punho fechado que a queda do muro e os desmoronamentos a leste pareciam tornar irremediavelmente obsoleto.

O mais famoso dos prisioneiros políticos do mundo não tinha, afinal, a história toda escrita ainda. E lá onde os mitos se desfazem, quando a realidade se lhes atravessa no caminho, foi Mandela buscar fôlego para o último e decisivo combate da reconciliação nacional. Winnie desapareceu, no sorvedouro de um escândalo de rapto e violência; a carcassa do herói vacila um pouco mais, ao peso dos 75 anos; o punho continua a erguer-se para saudar os camaradas dos bons combates; mas é ainda assim e cada vez mais no velho mártir da luta pela dignidade de uma raça que se concentram todas as expectativas e sonhos de uma África do Sul democrática e em paz.

Nelson Mandela sorri. Sorriu sempre, como se ali, numa Aula Magna a dois terços, nas ruas vazias de indiferença por onde a comitiva passou, ao longo dos três dias de estada em Portugal, se aglomerassem as 750 mil pessoas que Nova Iorque lhe ofereceu, tinha ele saído não há muito da prisão, ou as mesmas multidões que o homenageiam, desde então, em cada um dos países que tem vindo a percorrer em todos os continentes.

Superestrela onde quer que se desloque, gerador único de consensos no mundo pós-guerra fria, Lisboa recusou-lhe o espectáculo, mas permitiu-lhe o encontro com uma outra realidade, aquela que não é montada por protocolos de Estado ou pela militância, ainda que bem-intencionada. A coincidência do encontro com um padre negro, de São Tomé e Príncipe, que dizia o "Ite missa est" no momento da visita aos Jerónimos, e a quem pediu a bênção, na sacristia — "a very special moment", dirá para os íntimos que o acompanham; a descoberta de Gungunhana, nas fotos da exposição da Torre de Belém — "um Gnumi", exclamará, emocionado, ele que é neto de rei "xhosa", e se encontra assim como uma espécie de primo do mais famoso dos rebeldes anticoloniais moçambicanos; o contacto com a multidão genuína que passeia nas Amoreiras, na tarde do 5 de Outubro, e o aplauso à saída da loja onde experimentou e pagou, em dólares, dois pares de sapatos italianos.

"Isto é espontâneo, não é?", diz, com o mesmo agrado com que sorverá até à última gota, em todas as ocasiões que a simpatia dos anfitriões lhe proporcionam, sucessivos cálices de vinho do Porto — a única bebida alcoólica que, disciplinadíssimo, se autoriza a si mesmo o futuro Presidente de todos os sul-africanos. ■

Adelino Gomes

Maré de emoções e de ideias

nanciero internacional, pronunciando que Israel também ajudará.

Qualificou a paz como uma "conquista do socialismo e da humanidade". Peres não quis, aliás, deixar uma "lição", como disse, aos partidos irmãos da IS: "O que é fundamental é unir o partido em torno do objectivo principal, que no nosso caso — Partido Trabalhista de Israel — foi a paz." E, quanto à efectivação da paz, não deixou de desejar que a aplicação do acordo seja "ainda melhor do que ficou escrito".

Nelson Mandela, que discursou depois do anfitrião, António Guterres (ver caixa), foi também de futuro que falou. Um futuro de eleições livres e democráticas na África do Sul, segundo o princípio um homem, um voto, mas igualmente de uma sociedade pluralista. Garantiu que o ANC reconhece a diversidade existente na sociedade sul-africana e entende que ela deve ser protegida, de forma a que nunca seja possível, outra vez, a subordinação política e económica de uma maioria ou de uma minoria.

O líder histórico sul-africano e mais que provável futuro Presidente da "nova" África do Sul não esqueceu, na sua intervenção, Angola e Moçambique. Apelou a um empenhamento da comunidade internacional "semelhante" ao que foi, por exemplo, adoptado no processo de paz no Médio Oriente. Lembrou o papel "desestabilizador" do regime do seu país na história recente dos dois Estados vizinhos, e apoiou as iniciativas de paz em Angola, as-

sentas no reconhecimento do "veredicto democrático do povo anglo-americano".

Sabendo estar a falar no âmbito de uma organização que ambiciona ter no ANC o seu interlocutor privilegiado na África do Sul e em toda a região sub-sariana, Mandela não deixou igualmente de apelar à IS para um "nascimento" apoio financeiro e material, com vista à preparação das próximas eleições. "Quando estamos no último quilómetro da nossa luta pela democracia, sabemos que podemos continuar a contar com a solidariedade e o apoio dos amigos de longa data", afirmou o dirigente máximo do Congresso Nacional Africano.

Mandela espôs aos dirigentes socialistas internacionais os contactos que tem mantido, quer com o partido Inkhata, liderado por Buthelezi, quer mesmo com as formações de extrema-direita branca. E declarou a sua satisfação em verificar que esses esforços "não têm sido infrutíferos". Para os "democratas portugueses", Nelson Mandela teve também palavras de reconhecimento, recordando o seu papel no tempo da "ditadura Salazar/Castelo", no apoio à luta de libertação dos povos africanos. E concluiu a sua intervenção com uma máxima: "A democracia é o melhor investimento".

A tarde, depois de Gro Brundland, primeiro-ministro norueguês, e Pierre Mauroy, presidente da IS, se terem encaregado de fechar a sessão de abertura do Conselho, foi a vez de John Smith lançar a discussão sobre a

economia mundial, um dos temas principais da reunião de Lisboa. O líder trabalhista britânico, saído de uma conferência do Labour que reforçou de forma importante a sua posição, acabou por ser autor de uma intervenção marcadamente ideológica. Desse ponto de vista, margante do Cron-selto que hoje termina na capital portuguesa.

Declarando o fim da era em que o combate à inflação foi o ponto central de todas as políticas económicas, idolatrado como "objectivo supremo", Smith afirmou que, com o regresso do problema do emprego à agenda política e social, é a "maré de ideias" que passa a estar a favor dos socialistas e social-democratas. O aumento maciço do desemprego, assinalou o dirigente trabalhista, "actua como um cancro, corroendo as fundações das democracias".

"Acreditio", disse John Smith, "que o regresso da questão do pleno emprego para o centro do debate político é de importância crucial para os socialistas democráticos". Lembrando que este é um assunto que está no centro das mais fortes crenças políticas socialistas, o líder da esquerda inglesa avançou com a ideia de que é aos socialistas que cabe liderar a campanha do emprego e o respectivo debate. Trata-se de evitar que a direita o faça, "como aconteceu com o combate à inflação ao longo dos anos 80".

Definindo, assim, como o novo campo de batalha do socialismo democrático e da social-de-

mocracia a questão do emprego, Smith garantiu ainda que esta é uma matéria em que não há necessidade de trocar princípios de justiça social por princípios de eficiência económica, porque eles "caminham a par". John Smith reconhece que o objectivo do pleno emprego não é fácil de alcançar, nem atingível simplesmente pelas tradicionais políticas keynesianas, até porque a natureza da força de trabalho se alterou. "Crescimento, investimento e emprego", as três palavras "mágicas" de Smith, não subordinadas, agora, à questão do controlo inflacionário.

Aludiu à questão do crescimento está a de o conseguir sem danos para o ambiente. E a "batalha verde" também no centro da agenda política socialista. Entendida, di-lo John Smith, como um "desafio cheio de oportunidades e não apenas de problemas". No que toca à preservação do ambiente são os governos que devem exercer o papel principal, referiu o dirigente trabalhista citando um relatório do Banco Mundial.

A "maré de ideias" leva John Smith a garantir que os socialistas e social-democratas estão "a ganhar os argumentos". "Depois de anos de domínio do dogma conservador e de reforço das teses do mercado livre em todos os domínios da nossa vida, os povos de todo o mundo procuram novas ideias e uma nova liderança", assinalou. "E agora que a maré das ideias está a nosso favor, não demorará que a maré da História a siga", concluiu Smith. ■

África do Sul caminha para a normalização

ONU levanta sanções

PÚBLICO, 9.10.93

A ASSEMBLEIA Geral das Nações Unidas levantou ontem a maior parte das suas sanções económicas não-obrigatórias contra a África do Sul, dando assim um claro indicio de que o país está a retomar em pleno o seu lugar na comunidade internacional, depois do isolamento motivado pelos anos do "apartheid".

Numa resolução aprovada sem necessidade de votos e até mesmo sem qualquer debate, a Assembleia também decidiu levantar um embargo de petróleo quando o Conselho Executivo de Transição entrar em vigor, provavelmente no próximo mês. Ainda em vigor, porém, es-

tá um embargo à venda de armas à África do Sul, aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU em 1977 e que só deverá ser anulado quando o país realizar as suas primeiras eleições livres para todos os cidadãos, em 27 de Abril de 1994.

A decisão de acabar com as sanções de carácter económico foi tomada depois de no dia 24 de Setembro o presidente do ANC, Nelson Mandela, haver dito que isso era necessário para ajudar a economia sul-africana, que se encontra em mau estado.

Entretanto, Mandela considerou ontem "acto de puro terrorismo" o raide efectuado

horas antes pelo Exército de Pretória, que no Transkei — um bantostão pseudo-independente — atacou uma casa que alegadamente servia de base ao Exército de Libertação do Povo da Azânia, braço armado do Congresso Pan-Africano (PAC).

Segundo esse grupo da extrema-esquerda negra, três adolescentes e duas crianças foram mortas na ocasião. Mas Mandela sublinhou que o ataque não coloca em causa o processo de democratização na África do Sul.

O general Bantu Holomisa, dirigente do Transkei, que acompanha actualmente Nel-

son Mandela numa visita a Bruxelas, juntou-se à condenação da intervenção militar sul-africana num território que ainda há quatro anos Pretória considerava independente e que em breve deverá vir a ser reintegrado na República da África do Sul.

A reintegração dos antigos bantostões aos quais fora concedida uma independência que a ONU não reconheceu é precisamente um dos assuntos mais difíceis de debater nos próximos meses, desejando, em geral, o actual regime que o problema possa ficar resolvido até às eleições de Abril para uma Assembleia Constituinte. ■

UNITA REAFIRMA A VALIDADE DE BICESSE — A UNITA reafirmou ontem, em comunicado distribuído em Abidjan, que reconhece "a validade dos acordos de Bicesse", de 1991, e "os resultados das eleições de 29 e 30 de Setembro de 1992". Mas também disse que qualquer novo acordo de paz deve ter em conta a presente posição das suas forças, enquanto o Governo de Luanda condiciona a retomada do cessar-fogo à retirada dos homens de Savimbi das posições ocupadas desde há um ano. Depois da reunião extraordinária que a Comissão Política daquele partido efectuou no Huambo, de 28 de Setembro até ontem, o respectivo escritório na Costa do Marfim reafirmou ao fim da tarde às agências noticiosas France Presse e Reuter a validade dos acordos negociados em Portugal, desde que devidamente "reactualizados". E acrescentou que aceita os resultados das legislativas e presidenciais do ano passado, "se bem que tenham sido fraudulentas". Por fim, defendeu uma vez mais o restabelecimento das negociações com o Governo, em data a marcar pelo representante especial das Nações Unidas em Angola, Alioune Blondin Beye. Mas também notou que "a experiência demonstra que as cimeiras não resolvem situações complexas de conflito". Quanto à delegação da UNITA em Portugal, às 20h30 de ontem ainda não estava em condições de fornecer à imprensa o texto da decisão horas antes tomada no Huambo e que entretanto fora parcialmente conhecido através de Abidjan. PÚBLICO, 7.10.93

LUANDA QUER DAR "TAREIA" NA UNITA — O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, desmentiu ontem à imprensa, em Luanda, uma notícia da agência Reuter, a partir de uma fonte de São Tomé e Príncipe, segundo a qual iria conferenciar na próxima semana com o seu homólogo da UNITA, "Ben-Ben" (ver pág. 12): "Nem pensar em negociar agora. Eles precisam de levar uma tarefa militar para aceitar o jogo democrático. Depois, poderemos pensar em negociar." É um balde de água fria nas esperanças de que o diálogo viesse a ser reatado já em meados deste mês. E mais uma acha na fogueira que tem vindo a consumir Angola. O chefe da delegação governamental às conversações que em Maio se malograram em Abidjan, general Higinio Carneiro, também desmentiu à agência Lusa a possibilidade de haver "em breve" um encontro entre os comandos militares de um e outro lado: "Ainda estamos a analisar o documento na quarta-feira distribuído pela UNITA e só depois nos poderemos pronunciar sobre qualquer reunião." Entretanto, em Lisboa, a delegação da UNITA disse ao PÚBLICO não saber de quaisquer preparativos para a reunião mencionada pelo correspondente da Reuter em São Tomé. E acrescentou que continua a aguardar uma resposta à sua predisposição de reatar conversações com base no protocolo que há cinco meses foi discutido em Abidjan. PÚBLICO, 8.10.93

Angola: ver para crer

EXPRESSO, 9.10.93

A TRÉGUA nos combates em Angola, na sequência do cessar-fogo decretado pela UNITA, tem agora uma forte possibilidade de se instalar definitivamente no terreno, a concretizarem-se as expectativas criadas pelo recente comunicado da Comissão Política do movimento de Jonas Savimbi, reconhecendo a validade dos acordos de paz de Bicesse e dos resultados das eleições de 1992.

A interrupção dos combates permitiu, nos últimos tempos, fazer chegar alimentos e medicamentos a cidades cercadas há meses, nomeadamente Malange e Menongue, dois exemplos da magnitude da tragédia angolana.

Em Menongue, onde os bom-

bardeamentos, as doenças e a fome terão causado milhares de vítimas, o responsável do Programa Alimentar Mundial (PAM), Pierre Honorat, confirmou o estado de subnutrição em que se encontram os cerca de 45 mil sobreviventes. A chegada de ajuda humanitária permitiu baixar a mortalidade infantil de 10 para cinco crianças por semana.

No hospital local, com um único médico e sem luz nem medicamentos, estão internadas mais de 100 pessoas à beira da morte por subnutrição. Os feridos mais graves foram evacuados para o Hospital Josina Machel, em Luanda, cujo serviço de traumatologia está a entrar em ruptura. Há 35 camas para 70 pacientes, pelo que metade dos feri-

dos dorme no chão, sem colchões e apenas com uns farrapos sujos a cobri-los.

O chefe de serviço, um cooperante coreano, afirmou que faltam antibióticos, anestésicos, desinfetantes, ligaduras e algodão e que só se operam os casos mais urgentes porque o bloco operatório não tem condições. Amputados seguram os seus cotos com as mãos ou pedaços de papelão para se arrastar pelo chão em busca de comida, entre o lixo e as moscas. O cheiro é insuportável e na hora dos tratamentos, que se fazem de longe a longe e sem anestesia, as salas e os corredores enchem-se de gritos de dor.

Continua na pág. 6

South Africa

Afrikanerdom divided

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

THE ECONOMIST, 9.10.93

OLD feuds are reawakening in Africa's white tribe, the Afrikaners. After their defeat by the British in the Boer war 90 years ago, they were divided into "hands-uppers" and "bitter-enders". The "hands-uppers" of today are willing to accept black rule. The "bitter-enders" are determined to resist.

These disputes divide families and pit brother against brother: literally so in Parliament recently, when an Afrikaner member, Kobus Beyers, angrily accused his elder brother, Andries, of being a "hands-upper", nay, a "joiner", for voting in favour of the new multi-party transitional executive council. The brothers are grandsons of General Christiaan Beyers, a bitter-ender who sided with the Boer rebels in 1914.

The Afrikaner Volksfront (AVF), formed by a committee of generals in May to unite Afrikaners, is the organisation of today's bitter-enders. An umbrella organisation, its membership takes in a wide range of Afrikaner-nationalist political movements and

institutions. These include Ferdi Hartzenberg's Conservative Party, Eugene Terreblanche's neo-fascist Afrikaner Resistance Movement (AWB), and the Transvaal and Free State Agricultural Unions.

The most visible spokesman of the AVF is its convener, Constand Viljoen, a popular former chief of the South African Defence Force (whose twin brother, Braam Viljoen, is a man of strong liberal views). The AVF claims to speak for the majority of the 2½m Afrikaners: 80% of them, claims Tienie Groenewald, another of the retired generals on its national executive. A recent opinion poll is less generous but still not unimpressive, crediting the front's three most prominent leaders—Messrs Viljoen, Hartzenberg and Terreblanche—with more Afrikaner support between them than President F. W. de Klerk, 37% against 32%.

The AVF's central aim is self-determination for the Afrikaner people in their own state. In pursuit of that end, Mr Viljoen was until very recently involved in separate talks with Nelson Mandela's African National Congress and the de Klerk government. But the front terminated the talks, ostensibly because of public statements by Messrs Mandela and de Klerk ruling out any Afrikaner state. The real reason, though, was vehement opposition from bitter-enders to the idea even of talking to the "communist-dominated" ANC.

The AVF has set tough conditions for re-

sumption of dialogue: unequivocal recognition by Mr Mandela and Mr de Klerk of the right of Afrikaners to their own fatherland. Meanwhile the AVF is consulting its allies, including Mangosuthu Buthelezi's Inkatha Freedom Party (IFP). They are united by a common fear of ANC domination in a unitary state and by a shared commitment to the right to self-determination for those peoples that want it.

Will the Afrikaners do more than talk? Mr Groenewald speaks of a new phase in their struggle: passive resistance and civil disobedience. He declines to give details, but one plan known to be on the agenda is power-cuts, to be implemented by AVF members and sympathisers in the electricity-supply industry. The last option is armed resistance, probably in the form of an attempt by an Afrikaner state to secede from a black-ruled South Africa.

Really? Many suspect that, when the chips are down, Afrikaner nationalists, made soft by years of good living, will not fight, that within every "bitter-ender" there is a "hands-upper". The ANC, however, takes the AVF seriously. It was the ANC that initiated the talks between the two. Mr Mandela sees the Afrikaner right wing as the main threat to a negotiated settlement. While he refers scathingly to the IFP as "black surrogate forces", he accepts Afrikaner nationalism as a force to be reckoned with, and would like to revive the talks.

Eduardo dos Santos diz não à UNITA

PÚBLICO, 8 10 93

O PRESIDENTE José Eduardo dos Santos declarou ontem não existir qualquer indício "de que a tão desejada paz esteja ao alcance dos angolanos". E que a proposta quarta-feira apresentada pela UNITA é "uma mera manobra para ganhar tempo, de forma a consolidar posições conquistadas no terreno de guerra".

Na primeira reacção formal de um dirigente de Luanda ao

comunicado distribuído no Huambo pela Comissão Política de Savimbi, o Presidente afirmou que "a ala militarista da UNITA, propalando o cessar-fogo que nunca existiu, continua a desenvolver acções militares e a impedir a distribuição de ajuda humanitária às vítimas da guerra".

Por seu turno, o representante especial em Angola do se-

cretário-geral das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, disse à imprensa que, apesar desta violenta linguagem oficial, decorrem contactos para que o mais cedo possível se possam efectuar negociações entre a parte governamental e a UNITA, mas sem a presença de José Eduardo dos Santos e de Jonas Savimbi. Segundo o delegado de Butros-Ghali, os actuais contac-

tos são discretos, "tirando a lição das negociações entre israelitas e palestinos". E outras fontes, designadamente norte-americanas, continuam a admitir que durante a segunda quinzena de Outubro possa haver uma reunião, ainda que informal, entre as duas partes angolanas, seja ela na Costa do Marfim, em Marrocos ou em Luanda. ■

Governo impõe condições à UNITA

O GOVERNO angolano colocou ontem como condição para um "eventual recomeço das negociações de paz" com a UNITA a realização de contactos prévios entre o mediador das Nações Unidas e a "troika" de observadores com o movimento rebelde de Jonas Savimbi. "O Governo angolano considera como essencial e urgente uma reunião preliminar entre o representante da ONU em Angola (Alioune Blondin Beye), a 'troika' de países observadores (Portugal, Rússia e Estados Unidos) e a UNITA, para cla-

rificar a sua posição", refere o texto.

No comunicado, divulgado ao princípio da tarde em Luanda, o Executivo angolano adianta que as "referências da UNITA aos acordos de Bicesse, resoluções do Conselho de Segurança da ONU, protocolo de Abidjan e resultados eleitorais "são a ambiguidade das posições que essa organização vem tomando ao longo deste ano em relação ao problema de Angola".

Após considerar que o movimento de Jonas Savimbi continua a não aceitar "falar

numa base séria", o Governo angolano refere ainda que o cessar-fogo unilateral anunciado pela UNITA "apenas está a servir para essa organização envolver e incrementar as suas acções em várias zonas do país, com especial incidência no Cuito, onde a qualquer momento pode tentar o ataque final".

A UNITA, que combate o Governo angolano há 18 anos, emitiu na quarta-feira uma declaração onde se afirma disposta a aceitar muitas das condições impostas pela ONU para a negociação de um acor-

do global de paz. A comissão política da UNITA referiu nomeadamente estar preparada para aceitar os acordos de paz de Bicesse assinados em 1991 e que foram desrespeitados. A organização de Savimbi também garantiu que aceitaria os resultados das eleições de Setembro do ano passado como base para novas conversações políticas. Ao fazer eco das posições públicas assumidas sexta-feira pelo Presidente José Eduardo dos Santos, a declaração governamental considera a posição da UNITA "ambígua e contraditória". ■

Continuação
da pág. 5

Angola: ver para crer

ONU quer fiscalizar intenções de Savimbi

Em Malange repetem-se as cenas dramáticas vividas em Benguela e no Lobito, com a chegada dos fugitivos do Huambo, e em Caxito, com os «deslocados» do Uíge. São famílias dizimadas, crianças órfãs ou «perdidas», em estado de choque, muitas delas vítimas de sarampo, diarreias, tuberculose, malária. Para não falar nas vítimas dos bombardeamentos da aviação governamental no Huambo.

Além de aliviar o sofrimento das populações civis, a presença das organizações humanitárias constituirá um teste à boa vontade dos beligerantes e uma forma de fiscalização do cessar-fogo, que a UNITA diz estar em vigor em todo o território angolano, enquanto o Governo de Luanda denuncia o prosseguimento das escaramuças, das movimentações de tropas e a chegada de mais material de guerra.

O representante do secretário-geral da ONU, Alioune Beye, insistiu anteontem junto da UNITA para que autorize as Nações Unidas a voar para o Cuito, que continua isolado, reafirmando a sua intenção de visitar pessoalmente a capital do Bié,

para verificar se a UNITA renunciou, de facto, à tentativa de tomar militarmente a cidade e se os portugueses e outros estrangeiros que o desejarem podem ser evacuados. A seguir, Beye poderá deslocar-se ao Huambo para se avistar com Jonas Savimbi. Iniciar-se-ão então os preparativos efectivos para o reinício das negociações entre o Governo de Luanda e a UNITA.

Um passo no caminho certo

No comunicado da sua Comissão Política, a UNITA «apela às Nações Unidas a envidar esforços para aproximação das partes, a fim de se alcançar um cessar-fogo global e efectivo».

A UNAVEM informou, anteontem, que o Governo angolano «responde favoravelmente» ao pedido do representante do secretário-geral da ONU para iniciar os contactos preparatórios da próxima ronda de negociações, que «serão assentes nos acordos de Bicesse, no protocolo de Abidjan, no respeito pelos resultados eleitorais e nas resoluções do Conselho de Segurança».

«Ver para crer» parece ser o denominador comum das reacções

de Luanda e da comunidade internacional ao primeiro sinal de abertura vindo do Huambo, após oito dias de reunião da direcção política e militar da UNITA. Anunciada para o dia 1 deste mês, a resolução divulgada quarta-feira em Abidjan é o resultado de «debates exaustivos», que, segundo o próprio Savimbi, foram «difíceis e nem sempre pacíficos».

A aceitação pela UNITA do «enquadramento» defendido pela ONU para a solução do conflito é um passo importante e positivo, mas «há ainda muitos pormenores que devem ser esclarecidos», considerou ao EXPRESSO, em Lisboa, João Lourenço, que representou o MPLA na reunião do Conselho da Internacional Socialista.

Relativamente às declarações de Jonas Savimbi, segundo as quais «a UNITA deve continuar a existir nas suas três vertentes, política, diplomática e militar», João Lourenço precisou que a «UNITA é necessária à democracia angolana, mas em democracia não podem existir dois exércitos nem duas diplomacias. Todo o resto pode ser negociado directamente».

Nicolas Guardiola

Um ano depois do recomeço da guerra em Angola, a memória dos dias de festa, a evocação dos acontecimentos que levaram à tragédia e o levantar do véu sobre os bastidores da campanha eleitoral e os truques do «marketing» político

EXPRESSO, 9 10 93

Cem mil mortos depois

NICOLE GUARDIOLA

HÁ UM ano, era a festa em Angola, com as primeiras eleições democráticas.

Contudo, a ressaca não tardou. Chegou com o cair da noite de 30 de Setembro, quando começou a contagem dos votos. Poucas semanas depois, Angola voltava a mergulhar na guerra. Uma guerra mais terrível e destruidora que as duas anteriores.

Um ano e cem mil mortos mais tarde, os resultados das eleições são ainda o pomo da discórdia entre o Governo e a UNITA. Todos os esforços para resolver pacificamente o problema foram infrutíferos. Um primeiro sinal positivo surgiu porém esta quarta-feira sob a forma de um comunicado anunciando que «numa reunião extraordinária da sua Comissão Política realizada no Huambo no dia 28 de Setembro» a UNITA decidiu reconhecer «a validade dos resultados das eleições de 29 e 30 de Setembro» e «reafirmar a validade dos Acordos de Bicesse como base do processo de paz».

O cessar-fogo unilateral, proclamado a 20 de Setembro passado pelo chefe do Estado-Maior da UNITA, general Arlindo Pena «Ben Ben», fez abrandar os combates e permitiu às organizações humanitárias e às agências das Nações Unidas visitar localidades do interior que haviam ficado isoladas durante meses. Essas missões levaram ajuda de emergência e para o mundo exterior trouxeram relatos e imagens de uma tragédia de cuja dimensão poucos suspeitavam.

Como dizia recentemente a britânica Margaret Anstee, representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, «as tragédias que as televisões não mostram não existem».

ENVOLTOS nas cores da festa, os angolanos tinham tomado muito a sério as primeiras eleições democráticas no seu país. Quase não houve incidentes e,

muitas horas antes da abertura das urnas, já havia longas filas à porta das assembleias de voto. Os 16 meses decorridos desde a entrada em vigor do cessar-fogo, a Junho de 1991, tinham sido os mais felizes dos últimos 20 anos.

Mas ninguém ignorava que o desarmamento dos exércitos do MPLA e da UNITA, previsto nos Acordos de Bicesse, estava por fazer e que apenas um mero artifício legal, adoptado 48 horas antes da votação, tinha integrado os dois exércitos, as FAPLA e as FALA, sob o comando bicéfalo das novíssimas Forças Armadas Angolanas (FAA).

A campanha eleitoral, embora pacífica, fora, a nível das palavras e do «marketing» político (ver texto seguinte), a continuação da guerra por outros meios. Nenhum dos «beligerantes» admitia a hipótese de uma derrota.

A 1 de Outubro, a Comissão Conjunta Político-Militar, reunida em plenário com os representantes dos três países observadores — Portugal, Estados Unidos e Rússia — posava para a «foto de família» e emitia um comunicado declarando-se «satisfeita com o ocorrido até ao momento».

Contudo, a expectativa não tardaria a transformar-se em tensão, com a divulgação de resultados não-oficiais que davam a vitória ao MPLA. Jorge Valentim, porta-voz da UNITA, surge a denunciar o roubo de seis urnas pela Polícia Antimotim («Ninjas») em Malange, «quando se procedia à contagem de votos favoráveis ao Presidente Savimbi».

A bola de neve começava a rolar. Quando Margaret Anstee proclama que o MPLA venceu, por maioria absoluta, numas eleições que foram «geralmente livres e justas», já Savimbi tinha deixado Luanda e ido para o Huambo. Oito generais da UNITA abandonam o Estado-Maior unificado das FAA, levando atrás de si um número indeterminado de soldados e a maior parte do material que se encontrava sob custódia dos escassos obser-

vadores da ONU.

Para Luanda, este foi o primeiro acto de guerra. Para a UNITA, eram apenas «formas de pressão» para obrigar a comunidade internacional a invalidar os resultados de uma eleição que Jonas Savimbi alega terem sido «massivamente fraudulentas e manipuladas».

Savimbi data o início da guerra da Batalha de Luanda e acusa o MPLA de ter planeado deliberadamente a eliminação física dos quadros da UNITA e o «genocídio étnico» dos ovibundos. As duas partes invocam legítima defesa para justificar o recomeço da guerra.

DURANTE um ano, as escassas informações disponíveis sobre a «terceira guerra de Angola» foram sistematicamente desvalorizadas pela propaganda das duas partes em confronto. As ajudas humanitárias converteram-se em objectivo militar. Achando-se vítima de uma conspiração planetária, a UNITA rejeita os relatórios das organizações internacionais e nega as mais óbvias evidências: a fuga de centenas de milhares de refugiados para as cidades e zonas militarmente mais «seguras» do litoral, mas onde os mutilados e os órfãos não encontram condições mínimas de sobrevivência.

Os mil mortos por dia que, segundo a ONU, fazem da guerra de Angola o «conflito mais trágico da actualidade» são uma abstracção, aparentemente incapaz de comover a opinião pública internacional e os governos estrangeiros.

Foram precisas quatro tentativas de mediação sob os auspícios da ONU — Namibe, Adis-Abeba I e II e Abidjan — para que o Conselho de Segurança resolvesse assumir o papel de árbitro. A Resolução 864, de 15 de Setembro, aprovada por unanimidade, tem o mérito de clarificar — dando-lhes força de lei imperativa para os dois beligerantes angolanos e para todos os países membros da organização — os

princípios fundamentais para a solução da guerra civil angolana: reconhecimento dos resultados das eleições de Setembro de 1992, retirada das tropas da UNITA de todas as posições ocupadas desde o reinício das hostilidades, respeito pela letra e pelo espírito dos acordos de paz.

Não era sem tempo. Margaret Anstee considera que as Nações Unidas e a comunidade internacional têm «muita culpa» no que aconteceu em Angola. E isto por não terem querido «financiar uma operação séria e correcta» e lhe terem dado «um grupo ridículo para fiscalizar o processo eleitoral».

O PROGRESSIVO isolamento internacional da UNITA não parece ter mudado as posições de Jonas Savimbi. Embora já reconheça o resultado das eleições, insiste em negociar «na base das novas realidades no terreno». Na semana passada, o líder da UNITA voltava a exigir a anulação das resoluções da ONU que condenam o seu movimento.

Em privado, os dirigentes da UNITA ironizam acerca dos meios que os Estados Unidos e a ONU tencionam utilizar para os desalojar das posições que ocupam «quando 36 mil soldados americanos não foram capazes de derrotar o general Aidid em Mogadíscio». Ameaçam desencadear uma ofensiva «sem precedentes», em que Luanda desta vez «não será poupada» se o Governo optar pela continuação da guerra. Este, por seu lado, parece ter renunciado de vez à «paz sem vencedor nem vencidos» e exige uma «solução definitiva».

Os angolanos, que há um ano votaram em massa pela paz, sentem que foram ludibriados. Que há, neste mundo, dois pesos e duas medidas e que lhes coube a pior parte: a insuportável leveza da morte. ■

Proposta de De Klerk surpreende a classe política sul-africana

PÚBLICO, 13-10-93

ANC não recusa um referendo

A realização de um referendo na África do Sul poderá ser uma questão de "sensatez" se os opositores das eleições multirraciais da próxima Primavera persistirem em boicotar o diálogo, admite o ANC.

O Congresso Nacional Africano (ANC) reagiu ontem comedidamente à hipótese de um referendo constitucional multirracial, admitido segunda-feira pelo Presidente Frederik de Klerk, evitando responder sim ou não mas definindo apertadas condições para a eventual realização do escrutínio.

Em comunicado distribuído em Joanesburgo, o movimento de Nelson Mandela lembrou que o seu objectivo continua a ser, como está previsto, a realização das primeiras eleições multirraciais, em 27 de Abril de 1994, e que, com este objectivo, o processo de negociações deverá concluir antes uma constituição para o período de transição de cinco anos, o prazo máximo para o governo de unidade nacional que deverá resultar da corri-

da às urnas.

Uma vez terminado este processo, afirma a nota do ANC, "pode mostrar-se sensato ver como legitimar, antes do mais, essa constituição", havendo para isso "numerosos meios, um dos quais o referendo, a realizar em um momento apropriado".

A realização de um referendo, caso fracassem as negociações multilaterais, foi admitida pelo Presidente sul-africano, líder também do Partido Nacional (NP, no poder), na abertura do congresso do NP, que decorre em Stellenbosch, a nordeste da Cidade do Cabo.

"Se não se conseguir, no prazo de um mês, um acordo entre todas as partes significativas, terá que ser elaborado um novo plano", disse Frederik de Klerk. "Como democrata, acredito que não há melhor instrumento que um referendo", sugeriu, levando a classe política a dividir-se entre o cepticismo e a rejeição.

Nelson Mandela, de visita à Grã-Bretanha, afirmou ter falado telefonicamente com De Klerk, que lhe disse nunca ter feito uma proposta específica de referendo, mas a simples hipótese da sua realização, capaz de desequilibrar a frágil balança política sul-africana, apanhou de

surpresa a maior parte dos líderes partidários.

A possibilidade de um fracasso das negociações gira em torno da exigência da Aliança da Liberdade, formação que congrega a direita branca e negra, que propõe a autodeterminação de regiões ou de grupos étnicos específicos contra a tese de uma administração centralizada, com poderes regionais limitados, proposta pelo ANC. A extrema-direita branca e os dirigentes conservadores negros recusam aceitar que a futura assembleia constituinte decida a forma do Estado, lançando o diálogo em um perigoso impasse.

O ANC duvida ainda que um referendo possa resolver o problema levantado pelos opositores das eleições previstas para a Primavera, sublinhando que uma tal consulta deveria ser participada por todos os sul-africanos, brancos e negros, e existem dois territórios negros "independentes" — o Bophuthatswana e o Ciskei — que poderiam impedir a verdade do escrutínio.

A realizar-se um referendo, ele seria o segundo na África do Sul, depois do que permitiu, em Março de 1992, o início do processo de refor-

mas no país. Desta vez, no entanto, um tal expediente abrangeria a população negra, cujo recenseamento está muito atrasado, levantando ainda o problema do tipo de pergunta a fazer aos eleitores.

À margem dos discursos políticos, a violência prossegue na África do Sul: o exército efectuou um raide contra uma suposta base do Exército de Libertação do Povo da Azânia, no Transkei, onde cinco pessoas foram mortas, vários apertamentos de brancos no Transkei e na província do Cabo foram alvo de atentados à bomba e 16 pessoas morreram em Harding, no sul da província do Natal, em consequência de recontros entre grupos rivais que, segundo um porta-voz da polícia, não terão tido desta vez motivações políticas.

Tudo começou quando uma centena de pessoas, armadas de lanças, facas e armas de fogo, atacaram de manhã cedo, na zona de Nhlanza, um outro grupo que, segundo a polícia, antecipa a agressão. Após meia hora de luta, três homens tinham sido decapitados, um teve o coração arrancado e vários outros mostravam mutilações diversas, nomeadamente nos genitais. ■

De Klerk fala em referendo

O PRESIDENTE da África do Sul, Frederik de Klerk, disse ontem à noite que o país terá que realizar um referendo, a menos que as correntes conservadoras branca e negra apoiem os acordos já conseguidos entre as outras forças partidárias. "Se não se conseguir no prazo de um mês um acordo entre todas as partes significativas, terá que ser elaborado um novo plano", disse De Klerk no congresso do seu Partido Nacional. "Como democrata, acredito que não há melhor instrumento que um referendo", acrescentou. É a primeira vez que De Klerk reconhece que as conversações multilaterais para o avanço do processo democrático podem não resultar num acordo aceitável para a maioria dos líderes políticos. As forças conservadoras das comunidades branca e negra têm boicotado as conversações destinadas a acabar com o poder da minoria branca e exigido garantias de autonomia regional numa África do Sul pós-"apartheid". ■

PÚBLICO, 15 10 93

Partido no poder em Cabo Verde contra embaixador em Lisboa

A DIRECÇÃO nacional do Movimento para a Democracia (MpD), que se reuniu na Cidade da Praia de sexta-feira a domingo, exigiu a demissão do embaixador de Cabo Verde em Lisboa, Eugénio Inocêncio, acusado de "desbaratar" os recursos financeiros da missão. O caso, que provocou já uma crise na cúpula do partido no governo em Cabo Verde, parece estar ainda longe do fim. O jornal "A Semana", na sua edição de ontem, revelou que Carlos Veiga pretende remodelar o seu executivo afastando os ministros Eurico Monteiro (Justiça) e Alfredo Teixeira (Administração Interna). Está prevista para hoje uma declaração do Presidente António Mascarenhas Monteiro ao país através da Assembleia Nacional, tendo como pano de fundo a situação política e social em Cabo Verde. ■

PÚBLICO, 12 10 93

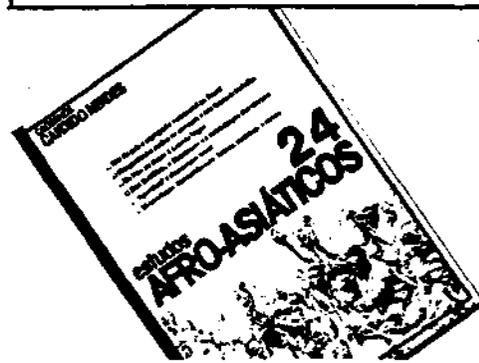
Condenados assassinos de Chris Hani

DOIS MILITANTES da extrema-direita branca sul-africana, acusados de envolvimento no assassinio do dirigente comunista negro Chris Hani em Abril passado, foram ontem considerados culpados pelo Supremo Tribunal de Joanesburgo. O antigo deputado do Partido Conservador (CP) Clive Derby-Lewis, de 57 anos, e Janusz Walusz, de 38, um sul-africano de origem polaca militante do movimento neonazi AWB (Movimento de Resistência Afrikaner) e do CP, foram reconhecidos culpados pelo juiz-presidente, Frekkie Eloff. Os dois réus arriscam-se à pena de morte, apesar desta sentença não ser aplicada na África do Sul desde 1990. Gaye Derby-Lewis, de 54 anos e militante do CP, foi absolvida pelo Tribunal. ■

PÚBLICO, 12 10 93

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

LIGUE 531-2000 RAMAL 259



O lado oculto de umas eleições

ANTÓNIO ALFAIATE

EXPRESSO, 9 10 93

EM ANGOLA a preparação das eleições começou antes dos Acordos de Bicesse. O MPLA, partido no governo desde 1975, contactou, logo em princípios de 1991, uma empresa brasileira da área do «marketing» e publicidade — a Propeg — no sentido de ser preparada a sua campanha eleitoral. O intuito era o de melhorar a imagem do Governo, do partido e do candidato presidencial, tendo como alvo as eleições a realizar em Setembro de 1992.

Não se tratava apenas de estudar cartazes, fazer «spots» para televisão ou inventar «slogans».

Iniciava-se de facto uma das maiores campanhas feitas em África, com meios financeiros que, dizem alguns observadores do processo, se terão aproximado dos das presidenciais nos EUA — 100 milhões de dólares (cerca de 15 milhões de contos). Para a oposição, pela voz da UNITA, esses valores terão mesmo atingido os 200 milhões de dólares, ou seja o dobro do valor declarado da campanha de Clinton.

Em Abril de 1991, iniciavam-se os trabalhos da Propeg. Ao homem de ligação com o MPLA, Ricardo Nobla, juntaram-se outros consultores da empresa: publicitários, como Geraldo Walter e Rui Rodrigues, professores de Ciência Política, como Marcus Figueiredo, e jornalistas como Ana Maria Almeida.

Era necessário planear a campanha, assessorar os meios de comunicação e estruturar um sistema de sondagens, para além de fundar uma agência de propaganda comercial, que viria a ser a Orion.

Todos os pormenores foram pensados, ao ponto de se procurar utilizar gente de São Salvador da Baía, por lá existir uma comunidade oriunda de Angola.

Nesta primeira fase, ainda longe do acto eleitoral, era de importância vital conhecer o território e saber o que pensavam os angolanos. Foram então instalados grupos de discussão em Luanda, Huambo, Cuito e Uíge, onde pessoas seleccionadas eram levadas a comentar entre si temas relacionados com a paz, a guerra, a iniciativa privada, os partidos, a família e a religião. «Era necessário vasculhar o subconsciente das pessoas», disse Geraldo Walter, conhecer a sua estrutura ideológica, os seus hábitos e desejos. Walter foi um dos intervenientes num seminário realizado em Lisboa em Junho passado durante o qual foi exposta a campanha realizada em Angola pela Propeg.

A partir de todo este trabalho de campo ficar-se-ia a saber, em conjugação com outro tipo de testes, em que direcção se deveria orientar o esforço da campanha, aumentando progressivamente a sua eficácia.

Em paralelo, instalava-se um sistema de sondagens de opinião pública, no sentido de acompanhar a posição relativa de cada um dos partidos e candidatos.

Desenvolveu-se também uma estrutura de informação, tendo para tal sido fomentada a formação de quadros locais. Estes iriam ser depois utilizados, com técnicos vindos do exterior, na elaboração de materiais de campanha, assim como no preparo da informação para a Rádio Nacional, para a TPA (Televisão Popular de Angola) e para os jornais. Eram as partes integrantes de «» uma rede de imagem e informação coordenada pela jornalista brasileira Ana Maria Almeida, ligada ao Ministério da Informação.

A partir daqui, a estratégia veiculada foi a de, pouco a pouco, «quebrar as resistências da população ao MPLA». Para isso contribuiu também a mudança de algumas atitudes nitidamente impopulares. «Limpou-se a imagem da corrupção do Governo, acabaram com o cartão de racionamento, os Mercedes foram-se embora e as pessoas começaram a ostentar menos riqueza e a fazer menos viagens», conta Geraldo Walter.

FORAM também sendo preparados vários materiais de propaganda, sobretudo na rádio e na televisão.

Um deles, talvez o mais importante, foi feito «com base na emoção». Aproveitou-se o 1º aniversário de uma Angola em paz (Junho de 1992), valor que se sabia ser uma ponte entre a população e o Governo.

Eram imagens fortíssimas, recolhidas durante cerca de três meses, de norte a sul do país. Foram montadas, com toda a dinâmica da música angolana, nas paisagens deslumbrantes e nos abraços do reencontro. Depois, os olhos das crianças e o pôr-do-sol africano. Esta mistura explosiva depressa se tornou num sucesso, a que foram depois associados outros materiais como «MPLA no coração», encadeamento lógico da proposta inicial.

Semanalmente, passou também a ser apresentado o «spot»: «Angola no caminho certo», onde se promoviam as acções do Governo e se mostravam os aspectos positivos da sua actuação.

No entanto, estava para acontecer o que Geraldo Walter classificou como «a maior jogada do Governo em relação à Igreja». As pesquisas tinham demonstrado que continuava a existir uma religiosidade muito profunda nos Angolanos e que a anunciada visita do Papa «dava confiança às pessoas».

Assim, em Junho de 92, por ocasião de uma visita pastoral de seis dias, na comemoração dos 500 anos de evangelização em África, foi dado um importante passo em direcção ao que tinha sido desde sempre recomendado pelos conselheiros desta campanha — uma aproximação gradual à Igreja. Foram deslocados meios sem precedentes: «Abriu-se espaço para toda a cobertura do Papa» e «todos os meios de comunicação foram postos à disposição da Igreja».

Também a imagem do Presidente José Eduardo dos Santos não poderia ser descurada. Os analistas tinham descoberto que existia, aos olhos dos angolanos, uma separação de responsabilidades. Identificavam-se os erros com o Governo do MPLA e as vitórias eram vistas como resultado do esforço pessoal do Presidente. Esta imagem era também reforçada por outros pormenores, como o agradável aspecto físico do candidato. «Se porventura caricaturistas tentassem exagerar os traços da sua cara, encontravam dificuldades, dada a perfeição das suas feições.» Mas faltavam alguns retoques. Era necessário fazer o tratamento da imagem pessoal de um presidente comunista que até aqui tinha deixado para segundo plano a família — «é que um comunista não tem mulher e filhos».

A relação familiar foi publicamente projectada. Era assim que um chefe de Estado decidido a alinhar pela democracia deveria ser compreendido, sobretudo a nível internacional.

Quebrando mais uma vez com o passado, José Eduardo dos Santos, casado há

O lado oculto de umas eleições

EXPRESSO, 9 10 93
pouco tempo, baptizou discretamente o seu filho. Passou a aparecer em todos os acontecimentos numa postura calma, mais aberta e, pouco a pouco, mais popular; foi apresentada, por exemplo, a sua faceta de virtuoso jogador de futebol. Esta tendência levou a uma transformação no próprio nome: apareceu a abreviatura Zé Du, nova designação a que, de imediato, se associaram materiais de campanha, como a canção «É mesmo Zé Du em quem vou votar». Passava-se a imagem de um homem comum, com sentimentos e fraquezas próprias.

Levaram mais de um ano as preparações para o grande acontecimento — as eleições. Era necessário concentrar esforços no período de campanha. Tudo estava preparado, mas, segundo as sondagens, a 60 dias do acto eleitoral, ainda não havia resultados que permitissem confirmar a maioria inequívoca do MPLA.

TOMANDO como base as afirmações de alguns dos observadores do processo angolano e de muitos dos jornalistas portugueses na altura em Luanda, a entrada de Jonas Savimbi na capital marca um ponto de referência na campanha eleitoral em Angola.

Segundo alguns testemunhos, Savimbi teria aparecido numa postura defensiva. Para muitos, «numa postura agressiva e completamente desadequada das expectativas que se tinham criado à sua volta». Nas palavras da Propeg, «um dos principais adversários de Savimbi foi, a partir daí, o próprio Savimbi».

Armado, rodeado pela segurança, com soldados habituados ao mata, para quem a cidade representava um ponto de instabilidade, muito se conjugava em desfavor da imagem da UNITA.

Ao mesmo tempo, em Luanda, a população tinha sido e iria continuar a ser estimulada a descrever na imagem de Savimbi e do seu partido: para quebrar as resistências ainda existentes, era necessário cultivar na cabeça das pessoas a ideia de que as dificuldades que se viviam em Angola eram resultado da guerra e da acção das forças inimigas. Savimbi era o visado.

Neste período da campanha eleitoral, a propaganda tinha de ser ainda mais incisiva. Foram postas a circular mensagens como: «O MPLA faz, a UNITA destrói», ou ainda «spots» que mostravam as consequências da guerra, associando a morte e a destruição à UNITA.

Mas surgiram também formas mais subtis. Assim, partindo de uma fotografia onde Savimbi ajeitava o cinto numa posição desfavorável, com a mão próxima da pistola, construiu-se por montagem um cartaz onde a fotografia de Savimbi era justaposta a uma outra, particularmente calma, de José Eduardo dos Santos. Por baixo, uma frase e uma pergunta: «Um destes homens quer a paz. Em quem é que você vai votar?»

Segundo Geraldo Walter, era necessário fustigar Savimbi. «Ele fez o jogo da intimidação, e nós tentámos fazer parar essa intimidação, desmascaramo-o.» Apareceu assim o «direito de pergunta», «onde se lançavam perguntas escabrosas para o ar».

Como Savimbi tinha a fama de dizer uma coisa em português e outra em umbundo, «utilizaram-se as técnicas de 'marketing' político, na montagem de sequências em que o adversário entrava em contradição». A UNITA, contra-atacava proclamando a falta de credibilidade dessas frases, dizendo que eram fragmentos do discurso, cuja montagem em sequência destruíra o seu sentido original. Os homens do «marketing» dizem que não, e defendem a sua veracidade.

Curiosamente, uma dessas sequências confrontava duas afir-

mações de Savimbi feitas em momentos diferentes: «Quem perder tem de aceitar o resultado democrático» e, depois, «Quer queiram quer não, no dia 1 de Outubro têm que aceitar um novo governo — o Governo da UNITA».

Fora do contexto ou não, o efeito destas frases ia atingindo os alvos à medida que a campanha se aproximava do fim.

ARUA era animada pelas cores nas camisolas e bonés oferecidos por ambos os partidos. Nos comícios, o MPLA tinha muita música e animação. Em simultâneo, passavam imagens em grandes «placards» electrónicos, vindos de Espanha.

Foi um sucesso imediato. No que respeita às ofertas de campanha eram de tal forma valorizadas que chegaram a ser vendidos no mercado paralelo do «Roque Santeiro». Geraldo Walter tentou minimizar a sua importância. Esta opinião não é partilhada, no entanto, por Domingos Ferreira. A sua tarefa foi complicada, mas coroada de êxito. Funcionário do Partido Socialista há 14 anos, tinha-se dedicado às campanhas políticas em Portugal. Agora fora a vez de Angola. Conhecendo bem o terreno, coordenou a encomenda, transporte e distribuição de mais de duas centenas de contentores com material para ser distribuído em Angola. Televisores, rádios, bicicletas, camisolas, bolas, bonés entre uma miríade de pequenos produtos. Domingos Ferreira reconheceu em declarações ao EXPRESSO a sua participação no processo. Não quiz, no entanto, avançar com estimativas de verbas. Contudo, outras fontes estimam em centenas de milhares de dólares os valores em causa.

O processo envolveu empresas portuguesas de Lisboa, Porto e São João da Madeira, mas foram também feitas encomendas no Oriente. Tudo foi chegando pouco a pouco a Luanda e, posteriormente, a outros pontos do país.

No que respeita ao seu destino, houve contra-tempos. Alguns produtos foram desviados logo no aeroporto. Admite-se também que, dado a confusão e os interesses envolvidos neste negócio, tenha havido casos de sobre facturação, mas a tarefa, no seu essencial, foi cumprida.

Já o trabalho de «marketing» feito pelo movimento de Jonas Savimbi foi realizado pelas suas estruturas internas de informação e propaganda, não podendo, de acordo com depoimentos recolhidos junto da UNITA, ser qualificado de científico.

Esta campanha ter-se-á ressentido da falta de dinheiro e das condições de trabalho em Luanda. «As pessoas esquecem-se de que as ajudas que vinham dos Estados Unidos não eram em dinheiro, mas sim em bens. Quisemos imprimir cartazes, e não obtivemos autorização do Governo.»

Os responsáveis da UNITA negam a utilização alargada de produtos de campanha, para além das camisolas, «posters» e chapéus habituais, assim como a alegada ajuda da África do Sul na sua distribuição por via aérea.

Por seu turno, e a despeito de algumas informações em sentido contrário, referem que a sua campanha foi muito pouco agressiva. «A título de exemplo, em 26 programas de tempo de antena, houve apenas 4 em que a UNITA atacou o MPLA.»

Mesmo aos observadores que viram na poderosa rádio Vorgan o principal instrumento da campanha, a UNITA alega: «Havia pontos, mesmo dentro da cidade de Luanda, onde se ouvia muito mal.»

Em rigor, pode dizer-se que, vítimas de limitações materiais ou com estratégias erradas, o material de campanha apresentado pela UNITA era incomparavelmente mais pobre. As ofertas, os cartazes e os «spots» não conseguiram igualar os da campanha do MPLA.

Na televisão, por exemplo, houve tempos de antena filmados na véspera, com montagens apressadas e resultados necessariamente negativos. A UNITA tinha descurado a sua imagem e perdido no confronto com o movimento rival.

A que ponto o «marketing» político influenciou o resultado da campanha? Partindo dos elementos estatísticos fornecidos pela firma Concensus, responsável pelas sondagens do MPLA sobre a intenção de voto, é de admitir que a acção da Propeg-Orion teve um enorme impacto no processo eleitoral angolano.

O que já é mais arriscado concluir, é que a utilização dessas técnicas tenha desvirtuado de modo significativo as próprias eleições. Os observadores internacionais nunca levantaram o problema e um dia se saberá por que razão só demasiado tarde a UNITA quiz recorrer aos serviços de consultores externos de «marketing».

Marketing & democracia

EXPRESSO, 9 10 93

«O marketing político, na realidade, representa a possibilidade de justificar uma propaganda suave em democracia, graças à deontologia dos que a exercem segundo o acordo com os que a servem.

Não há nenhum marketing político fora dos 20 países do mundo geralmente reconhecidos como democracias.»

Michel Bongrand
in Marketing Político

O «MARKETING» político é utilizado desde os anos 30. Na campanha de Franklin Delano Roosevelt, nos EUA, nota-se, pela primeira vez, o recurso coordenado a especialistas em diversas áreas da comunicação para «vender» a imagem do candidato. Hoje tornou-se numa ferramenta imprescindível para qualquer político com ambições. Recorre-se actualmente a especialistas de áreas tão distintas como o audiovisual, as relações públicas ou a psicologia aplicada.

Tenta-se assim aproximar o candidato das expectativas do eleitorado, convertendo-o, por analogia com a lógica do mercado, num produto mais apetecível para o público. Como resultado do entendimento deste processo, surge a necessidade de criar uma «imagem», e associada a esta, novos comportamentos. Nada disto dá indicações directas sobre as capacidades de cada político para o desempenho das funções a que se candidata. Mas fornece, por outro lado, elementos julgados como positivos pelos seus eleitores, que vão da aparência física à aptidão para o desporto.

Assim, candidatos à Presidência da República sujeitam-se a mandar limar os seus dentes caninos, como fez Mitterrand, a tocar saxofone em público, como Clinton, ou ainda a mostrar as suas habilidades de jogador de futebol,

como José Eduardo dos Santos. Estão longe os tempos marcados pela ideologia...

Com a mediatização da vida política, em especial através da televisão, o «marketing» possibilita a construção rápida e eficaz de uma imagem vitoriosa dos candidatos. Só desta forma se podem entender fenómenos como os de Collor de Melo no Brasil, cuja campanha conseguiu transformar um ex-jornalista sem passado político num dos mais populares presidentes da história daquele país (uma popularidade que depois seria dramaticamente abalada...).

Mas, se esta nova e pragmática forma de encarar a actividade política recolhe em cada eleição o apoio implícito da faixa do eleitorado que parece aceitar estas regras de jogo, pode também levantar interrogações em zonas de fronteira, onde o desconhecimento profundo dos seus pressupostos coloca em risco a liberdade de escolha dos cidadãos e, por arrastamento, a própria identidade da democracia.

Assim, nos países menos desenvolvidos o problema da utilização do «marketing» político e da definição dos seus limites éticos põe-se com maior acuidade. Desde logo, porque a capacidade de percepção e controlo da sua acção se encontra reduzida. Os métodos do «marketing» não são conhecidos, a permissividade no controlo dos processos eleitorais é muito maior. Tudo isto, associado à falta de uma tradição de liberdade política, a baixos níveis culturais e a uma informação pouco isenta, pode gerar ambientes condicionados, propícios à manipulação.

É neste verdadeiro «caldo de cultura» que se desenvolvem campanhas políticas na Europa de Leste, na América do Sul, na Ásia e em África. De posse de uma panóplia de evoluídos

meios de sedução, o «marketing», o mesmo que utiliza a estatística, a análise sociológica ou as cores dos «spots» televisivos para campanhas nos EUA e no Reino Unido, vai aí desenvolver igualmente a sua actividade. Com uma diferença: neste caso passa a contar com meios adicionais de propaganda que facilmente conduzirão à manipulação política, através do controlo da informação.

Por outro lado, em países onde existem privações de todos os géneros é questionável a capacidade de resistência dos eleitores a ofertas, ou sugestão das mesmas, pelos órgãos de campanha. Onde há fome e falta de vestuário, onde a acumulação de riqueza é privilégio de um reduzidíssimo núcleo, a distribuição estratégica de bens essenciais em vésperas de eleições, sobretudo se desproporcionada, toma uma escala bem diferente da que teria em circunstâncias normais. Reduz, por isso, progressivamente, o sentido da liberdade de escolha.

Se o «marketing» político, conduzido sob princípios éticos e critérios deontológicos bem claros, pode ser um importante veículo de comunicação, porque harmoniza interesses e permite um reforço da capacidade de escolha dos cidadãos, pode em contrapartida tornar-se num perigoso instrumento de manipulação.

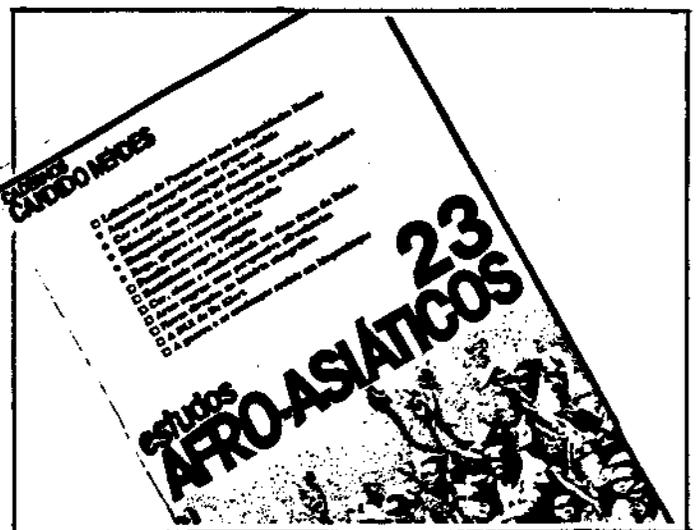
Dos limites desta capacidade ainda muito está por saber. Mas se não está provado ser possível conduzir uma nação fazendo-a ir contra os seus valores profundos, o «marketing» pode contribuir, agora em sentido negativo, para uma modelação gradual e crescente da opinião que dificilmente se encaixará nos ideais de liberdade em que assenta a democracia.

A.A.

ONU relança paz em Angola

PÚBLICO, 11 10 93

O REPRESENTANTE especial da ONU em Angola, Alioum Blondin Beye, prometeu ontem ao Governo de José Eduardo dos Santos que vai tentar esclarecer junto da UNITA a decisão deste movimento de aceitar os resultados eleitorais de 1992 e os acordos de Bicesse de 1991, numa tentativa de relançar o processo de paz. Num comunicado divulgado em Luanda, Beye adiantou que vai encontrar-se com os observadores da «troika» (Portugal, EUA e Rússia), com o objectivo de encontrar uma solução para a crise angolana. Luanda, que ontem acusou a UNITA de ter atacado o Exército governamental no Kuito, apesar de ter declarado um cessar-fogo unilateral, recebeu com ceticismo a aceitação do veredicto eleitoral por parte do movimento de Jonas Savimbi. O Governo angolano insiste que a posição da UNITA é «ambígua» e «contraditória», porque não especifica se vai retirar as suas tropas das cidades que controla. ■



Eu, preto e moçambicano, tornei-me racista!

Nelson Saúte*

PÚBLICO, 6 10 93

A dona Susana e o senhor Chico viveram largos anos em Angola. Com a queda do império regressaram a Portugal e refizeram as suas vidas em Trás-os-Montes, onde exploram um pequeno "snack". Durante sete meses que estive em Chaves frequentei os préstimos do casal. E os dois foram sempre uma simpatia, a despeito de duas ou três discussões à volta de imagens de fome e miséria de África, que faziam acreditar que os pretos não sabem governar-se, só se matam aos tiros. Só que ela não sabia como contra-argumentar, quando a mesma televisão apresentava os brancos a flagelar-se como hoje acontece na Bósnia-Herzegovina. Até que um dia foi o filho do casal que me serviu o jantar. Depois de acariciar o cão que tinha, pegou no pão sem lavar as mãos. Recusei-o. Sabem o que é que ele me disse? "Este cão é mais limpo do que tu!"

Quando cheguei a Portugal, defrontei-me com uma pergunta que se mantém: "Depois do curso voltas para o teu país?" Sempre encarei o facto com alguma normalidade. Mas, com o tempo, apercebi-me de que a interrogação encerrava um medo extraordinário de que os africanos que vêm estudar fiquem no país. Na faculdade tenho muitos colegas que não conseguem perceber que cada preto tem personalidade própria. Quando se me dirigem, afirmam: "Vocês...", apesar de eu sempre indagar: "Vocês quem?"

Há tempos, no Porto, ia na companhia de um amigo a passear pela noite. Três rapazes passaram rente e perguntaram: "Querem que vos rape o cabelo?"

É usual chegar à Portela e encontrar taxistas que pensam que os pretos são burros e estúpidos. Passo a vida a gozar, quando pensam que estou a chegar de África e não conheço os truques da mafia de alguns taxistas. Quando tenho menos pachorra, respondo imediatamente à marota pergunta: "Então chegou de África?" com um: "Não, só estive uma semana em Madrid." (Não esqueço os olhares suspeitos com que olham essas geografias europeias. Nos aviões, nos aeroportos, eu sei lá! Para não falar do sacrilégio que é viajar na primeira classe. Um dia estava a fazer o "check in" em "business class" e acercou-se de mim um senhor que perguntou com espanto: "Mas você está mesmo nesta fila?")

Recuso-me agora a ir a um consulado, seja de que país for, para pedir um visto. O último vexame passei-o há mais de um ano, quando fui convidado, pelo King's College em Londres, para um ciclo de conferências sobre literaturas africanas. Dirigi-me ao consulado munido da carta-convite assinada pelo catedrático do Portuguese and Brazilian Department. Foi difícil explicar que eu me deslocava a Londres como escritor e não era um mafioso à procura de uma escapada. Não satisfeitos com a suspeita, perguntaram-me: "Mas o senhor não acha estranho que esta carta tenha vindo escrita em português de Inglaterra?" E eu riposte: "Será tão estranho que o departa-

mento de estudos portugueses e brasileiros se exprima na língua em que estuda?" Quando disse isto, entrou a poetisa Nómia de Sousa com uma carta idêntica.

A última vez que fiquei furioso foi na dependência do Banco Totta e Açores, ao Campo Pequeno, em Lisboa, há semanas. Um amigo dissera-me em Maputo que este banco tinha relações com o Banco Standart Totta de Moçambique. Então, fui lá com a minha mulher para ver se poderíamos abrir uma conta em dólares. O empregado que nos atendeu não só não quis esclarecer-nos como disse: "Vocês não têm dinheiro para isso." Não tivemos outra solução: desemos mais adiante e, no nosso banco habitual, abrimos uma conta com o cheque americano e os dólares que tínhamos. (Como vêm há quem não enferme deste obnoxious sentimento.)

Para mim, o pior dos racismos é o do paternalismo: "Tu até és um preto diferente. Não és como os outros. És culto e inteligente." Como querem que eu explique que sou tão preto como os "outros"? (Já que falamos dos "outros": durante muito tempo, reagia incompreensivelmente quando pretos como eu sem razão aparente me cumprimentavam na rua. Percebo agora que é um instinto de defesa e de solidariedade que conduz semelhante atitude.)

Não relato mais episódios. Estes são emblemáticos de uma realidade muito mais cruel e muito mais hostil. Devo dizer que a minha experiência não é, porventura, a mais traumática. Mas aquilo que estes anos portugueses provocaram em mim foi uma mudança radical de comportamento. Tudo isto tornou-me racista.

Quando aqui vim estudar, conhecia o país e a sua cultura. Tinha convivido e fizera amizade com muitos intelectuais portugueses. O primeiro livro que publiquei — "A Ponte do Afecto" — foi de entrevistas a escritores portugueses. É estranho que assim seja? Um intelectual de um país que se liberta inscreve como livro primeiro na sua bibliografia a reflexão da cultura do antigo colonizador. É irónico e sacana! Na altura acreditava romanticamente que entre os moçambicanos (africanos) e os portugueses havia esse prolongamento afectivo que se traduzia na tolerância e na vontade de um reencontro. Estava enganado. Portugal recusa o seu passado. Mais do que isso, tem vergonha dele.

Nasci pouco antes da independência. Não vivi o drama do colonialismo. A minha aproximação a Portugal e à sua cultura desencadearam-se na ilusão dessa pretensão romântica de que havia entre nós uma comunicação realizável.

Crecei num país e num tempo em que as pessoas não tinham raças. Um discurso político profundamente anti-racial condicionou a minha formação. Costumo dizer que, tal como Samora Machel — digam o que quiserem, mas Samora Machel foi tudo menos racista; ele acreditou que faria em Moçambique uma sociedade multirracial —, eu sou daltónico. Mas os portugueses ensinaram-me a ver a cor das pessoas. Sempre me olharam como preto. Eu tive que olhá-los como brancos.

Não tenho outra opção.

"Os portugueses não são racistas!" É o mito que se vende — uma farsa? Já não tenho pachorra para essa lengalenga. E digo mais: estejam à vontade, pelo menos no que me compete, porque eu quero voltar. Em Portugal há racismo, sim senhor. Os portugueses são racistas. Cão por cão prefiro-o na minha terra.

Não vou dizer que não haja gente civilizada sem preconceitos raciais. Há. E frequento muito deles. Agora, muitas vezes se esquecem as boas almas de que houve uma História. (Meus senhores: os míticos quinhentos anos não foram só de glória e epopeia. Houve muita trapaça. Contou-me, a propósito, José Cardoso Pires, que tinha ficado horrorizado por ter visto pretos acorrentados na Baixa de Lourenço Marques. Como este, há muitos episódios da vergonha que foi a colonização. Perguntem à geração dos meus pais ou à anterior.) A amnésia é o pior que pode acontecer em termos históricos. E há muitos bons espíritos que se esquecem como é que eram e como é que são tratados os pretos. Talvez por isso Portugal não tenha feito ainda a catarse. Só a cultura e a inteligência empenhadas em pensar e reflectir o assunto farão que seja possível o exorcismo desse tempo. Há alguns testemunhos de escritores ou de actores e figurantes desse cenário trágico. Mas não chega para uma catarse.

Nunca entendi a intolerância que existe em Portugal contra os africanos. Portugal, sendo um país que se fez sobretudo à custa da emigração e da pilhagem de outros povos, deveria "tolerar" os pretos que estão a construir, em condições miseráveis, a opulência da sua modernização.

Mas os pretos também são racistas, dir-me-ão. São-no, sim senhor. Como não? Nunca pus isso em causa. Sei que em Moçambique recrudescer esse fenómeno. É um tema interessante a abordar. Mas o meu depoimento vai no sentido de desdizer esse mito dos brandos costumes da raça lusitana — "my foot!" Há, sei eu, movimentos racistas de negros. Conheço o fenómeno mas recuso em absoluto a tão propalada crença de que os portugueses não são racistas.

Há dois anos, fui convidado à Feira do Livro de Frankfurt. Confesso que estive para declinar o convite, porque não me queria confrontar com a xenofobia que explodia na Alemanha. Penso que estava enganado, porque, neste país, debato-me com o mesmo problema. (Nunca sei quem é que dobra a esquina seguinte. Deconfio sempre que seja um agressor. O desassossego é incontornável, pois que um dia será mesmo um agressor.)

Muitos não compreendem o meu pessimismo, a minha apreensão, o meu desencanto. Não acredito que, a breve prazo, a tolerância racial se instale nesta Europa aflita com as sucessivas crises que tem de gerir. É por isso que eu tenho proclamado insistentemente que, depois de finalizados os meus compromissos académicos, me vou embora no primeiro avião. ■

* escritor moçambicano a estudar em Portugal

Crise política preocupa Presidente

PÚBLICO, 13 10 93

O PRESIDENTE de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, endereçou ontem aos deputados do seu país uma mensagem em que se mostrou particularmente preocupado face à crise que atravessa o Movimento para a Democracia (MpD), partido no Governo, e lembrou aos seus dirigentes a fragilidade do país.

"Têm-se sucedido acontecimentos e tomadas de posição que, para além de afligirem a opinião pública, têm posto seriamente em causa a imagem do país e perturbado o normal andamento da vida nacional, particularmente no que se refere à governação" — afirmou.

Para Mascarenhas Monteiro, Cabo Verde "não tem tempo a desperdiçar nem recursos que possam ficar desaproveitados", acrescentando que "a hora é de trabalho". Embora indirectamente, o Presidente não deixou de se referir ao caso do embaixador em Lisboa, Eugénio Inocêncio, acusado de várias irregularidades administrativas e ele próprio uma das razões da crise que grassa no MpD, com elementos do partido a defendê-lo e outros a exigirem a sua demissão.

O princípio da austeridade — defendeu — não pode ser um mero "slogan". Neste sentido, defendeu que "o princípio da igualdade impõe que a lei seja aplicada a todos os cidadãos, sem distinção ou favor".

Na segunda-feira, ao ser interpelado, no Parlamento, por um deputado, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel Chantre, disse que não irá participar no que chamou "linchamento político" de Eugénio Inocêncio. Segundo ele, até que o inquérito parlamentar em curso prove o contrário, "Inocêncio é inocente", o que provocou uma sonora gargalhada.

A afirmação foi recebida com estranheza e, em alguns casos, com irritação por certos sectores do MpD, uma vez que a Comissão Política e a Direcção Nacional desse partido recomendou ao Governo a demissão imediata de Inocêncio.

Aparentemente, assiste-se a uma guerra de nervos entre o executivo de Carlos Veiga e o seu partido. Os críticos do embaixador cabo-verdiano em Lisboa começam a dar mostras de impaciência com a forma como o primeiro-ministro vem "segurando" Inocêncio, cuja presença é aguardada hoje na capital. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Portugal vai formar forças especiais de Moçambique

PÚBLICO, 16 10 93

CERCA de uma centena de militares portugueses, oficiais e sargentos, vão partir nas próximas semanas para Moçambique, com o fim de serem em marcha um programa de formação e treino de unidades especiais das novas Forças Armadas Moçambicanas (FADM).

Na tarefa de formação das FADM, contemplada nos acordos de paz concluídos há um ano entre o Governo e a Renamo, está igualmente prevista a participação da França e da Grã-Bretanha. Os ingleses estão sobretudo a formar instrutores moçambicanos no centro de Nyanga (Zimbabwe).

A Portugal coube, porém, o programa de formação do contingente de forças especiais que vão integrar as FADM — organizadas a três batalhões de comandos, pára-quedistas e fuzileiros. Será também formada por instrutores portugueses uma companhia de polícia militar.

Caçará igualmente a Por-

tugal pôr de pé uma Escola Prática de Administração Militar, em Maputo, a instalar num quartel da capital recentemente recuperado. Vários oficiais moçambicanos formados na Academia Militar integrarão o corpo de instrutores da Escola.

Coronel chefia instrutores portugueses

A formação e treino de comandos e pára-quedistas decorrerá em Nacala, no norte do país, e o do batalhão de fuzileiros na Catembe, junto a Maputo. Além da acção específica da formação e treino destas unidades, os instrutores portugueses terão a missão de especializar graduados moçambicanos que darão continuidade à sua acção.

Para chefiar a equipa de instrutores portugueses foi designado o coronel Glória Alves, que ficará, no entanto, subordinado ao chefe da missão militar portuguesa junto da Missão das Nações Unidas

para Moçambique (ONU-MOZ), brigadeiro Albuquerque de Freitas.

Estas acções decorrem no quadro da missão da ONU, sendo por isso largamente subvencionadas por fundos da organização. De momento está também a ser encarada uma participação de polícias portuguesas no corpo internacional que fiscalizará a neutralidade da polícia de Moçambique.

Além destas opções no âmbito da missão da ONUMOZ, estão actualmente em fase de estudo outros programas de cooperação bilateral, como os da reestruturação da Força Aérea, da Marinha de Guerra, dos Serviços de Material e das Transmissões Militares.

Portugal conta com um batalhão de transmissões, o BT4, constituído por cerca de 400 soldados, nas forças de manutenção de paz da ONU estacionadas em Moçambique. O sistema de comunicações da ONUMOZ foi montado e é operado pelo BT4.

Beye optimista Portugueses no Cuíto devem ser evacuados hoje

PÚBLICO, 16 10 93

OS CERCA de 20 portugueses retidos no Cuíto há nove meses poderão ser evacuados nesta manhã para Luanda. O anúncio foi feito ontem por Alioune Beye, que, no entanto, ressaltou o facto de estar ainda à espera do relatório da missão de avaliação da Unavem, que ontem esteve reunida longas horas com delegações do Governo e da UNITA na capital do Bié.

A operação de evacuação havia sido solicitada pela UNITA a Beye em meados de Setembro e tudo indica que, uma vez obtida a anuência do Governo, o movimento do Galo Negro permitirá, durante o dia de hoje, a saída dos 40 estrangeiros que ainda estarão no Cuíto. Previa-se ontem que um cargueiro Antonov descolaria hoje de Luanda, às nove horas da manhã, com as primeiras 12 toneladas de alimentos destinadas às mais de cem mil pessoas sitiadas no Cuíto e que, no regresso, previsto para o meio da tarde, trouxesse os estrangeiros a bordo.

Para Beye, o recomeço das operações de ajuda humanitária em todo o país é um sinal de que o processo de paz está a avançar, mantendo-se de pé a hipótese do encontro de Li-

breville, destinado a afastar obstáculos da próxima ronda negocial.

Ressaltando que a retirada das tropas da UNITA das áreas que ocupam não constitui uma questão intransponível, o responsável pela Unavem sublinhou que o mais importante é discutir as modalidades dessa retirada — precisamente o ponto que levou ao fracasso de Abidjan.

Tendo a UNITA aceite o quadro legal resultante das eleições e com a Vorgan a advogar negociações secretas, Beye deixou ontem escapar um recado para Luanda: "O Governo deve vencer as pressões extremistas que visam soluções militares e prosseguir uma conduta de flexibilidade e responsabilidade." ■

Aguiar dos Santos,
em Luanda

Luanda mobiliza jovens de 19 anos

PÚBLICO, 14 10 93

APÓS UMA primeira e mal sucedida tentativa de incorporar 30 mil novos recrutas até finais de Julho nas Forças Armadas Angolanas (FAA), o Ministério da Defesa decretou ontem a mobilização de todos os jovens nascidos entre 31 de Janeiro e Dezembro de 1974.

Esta nova incorporação coincide com o facto de o Conselho da República — que esteve reunido no Futungo de Belas com o Presidente José Eduardo dos Santos, a equipa negociadora do Governo e a chefia do Estado-Maior General das FAA — ter concluído "não ser boa a situação político-militar quando parece mais iminente a tomada de assalto pelas FALA (as forças armadas da UNITA) da cidade de Menongue, a capital do Kuando-Kubango".

Sob cada vez maiores pressões de círculos influentes do MPLA e da opinião pública face aos fracos resultados até aqui obtidos na chamada ofensiva contra o Huambo, João de Matos e os seus generais têm feito sentir a necessidade de aumentar substancialmente o número de efectivos — calculado em 60 mil homens — das FAA que permitam consolidar as poucas posições que vão recuperando à UNITA.

Um oficial das FAA que

opera na frente de Benguela, a retaguarda da ofensiva contra o Huambo, disse ao PÚBLICO que, para além das dificuldades logísticas, as forças governamentais enfrentam um défice de efectivos "de tropa avançada para consolidar posições na retaguarda do inimigo". Se bem que as tropas da UNITA enfrentem idêntico dilema, o mesmo oficial confirmou que as FAA "não consolidaram até aqui nenhuma posição no território do Huambo", apesar de admitir que o posto avançado das FALA em Chinjemje tenha sido bombardeado pela aviação governamental sem grandes consequências. A mesma fonte reconheceu também que o cessar-fogo decretado pela UNITA a partir de 20 de Setembro na cidade do Cuito teve efeitos benéficos para os dois lados. "Se a UNITA aproveitou para reabastecer as suas tropas, as FAA não ficaram de braços cruzados", acrescentou.

A considerável falta de homens para cobrir as oito frentes militares levou o ministro da Defesa, general Pedalé, a admitir que as FAA "poderão ter muito mais de 100 mil homens" em caso de a guerra prosseguir por tempo indeterminado. Se-

gundo o ministro, as Forças Armadas "já não estão muito longe de atingir este número", mas poderão ter muito mais sem incluir as forças voluntárias de defesa civil.

Seria justamente a pensar que poderia ainda recuperar muito do terreno perdido que o Governo gostaria de protelar as próximas negociações, mas agora surgem sinais de que ele não estará interessado em ficar com a "batata quente" entre mãos.

Uma fonte diplomática disse ao PÚBLICO que Luanda pode transferir para uma fase mais avançada das negociações a cláusula da "retirada imediata e incondicional" da UNITA de todas as regiões que ocupa, recebendo em troca a aceitação inequívoca dos resultados do pleito eleitoral de Setembro do ano passado.

Apesar de, há menos de uma semana, ter sugerido a realização de um encontro preliminar a quatro — Governo, UNITA, "troika" e ONU —, Luanda encara agora a hipótese de negociações directas, eventualmente antecipadas por encontros exploratórios entre delegações de nível inferior que têm estado a negociar em Abidjan, na Costa do Marfim.

Alioune Beye, por seu turno — que sempre fez coro com as

principais exigências do Governo, alegando corresponderem às decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas —, veria com bons olhos esta "prova de flexibilidade" de Luanda, que facilitaria de certo modo a sua tarefa. Rumores não confirmados admitem uma próxima deslocação sua ao Huambo para debater com Jonas Savimbi o que Beye qualifica de algumas "disposições que serão postas em acção" a breve trecho, em sintonia com a "troika" de observadores, embora ele próprio procure despistar os jornalistas com o argumento de que "este assunto (o encontro com Savimbi) não deve ser discutido em público".

Esse encontro viria na melhor altura já que, embora Beye insista em que mantém abertos os canais de comunicação com a UNITA, a verdade é que ainda ontem ele voltou a esperar pela luz verde do movimento de Savimbi para que uma equipa da Unavem II se deslocasse ao Huambo a fim de discutir a retomada das ajudas humanitárias, a exemplo do que já sucedeu em outras duas ocasiões, na semana passada. ■

Aguiar dos Santos,
em Luanda

UNITA autoriza voos humanitários

PÚBLICO, 15 10 93

A UNAVEM II obteve ontem autorização da UNITA para realizar voos humanitários sobre todas as zonas controladas pelo movimento de Jonas Savimbi e, nomeadamente, para a cidade-situada do Cuito. "A qualquer momento (a Unavem) pode levar ajuda humanitária para as populações carentes", disse à Lusa uma fonte oficial das Nações Unidas. A portavoz do representante especial em Angola do secretário-geral da ONU, Sika Awoonor, disse que a autorização foi concedida ontem de manhã, depois de um longo período de espera. A capital da província do Bié está cercada por guerrilheiros da UNITA desde Janeiro e as populações não são

abastecidas desde Outubro passado. No entanto, o voo das Nações Unidas — o primeiro em nove meses para o Cuito — voltou ontem para trás, 20 minutos depois de ter partido. O aparelho, que transportava funcionários dos serviços humanitários, recebeu ordem para regressar do representante especial da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye. Segundo a Angop, "não foram dadas quaisquer razões". Segundo uma fonte da ONU citada pela agência Lusa, o primeiro voo sairá hoje, com o objectivo de reconhecer o estado da pista, e "só depois será determinada a programação de ajuda humanitária". ■

Blondin Beye satisfeito com a UNITA

O REPRESENTANTE especial do secretário-geral das Nações Unidas em Angola, Alioune Blondin Beye, disse ontem que a UNITA respondeu "às exigências fundamentais da comunidade internacional" ao aceitar a validade das eleições gerais de Setembro de 1992 e os acordos de paz assinados em Bicesse.

Entrevistado pela televisão oficial angolana, Beye, que pediu entretanto à UNITA que o autorize a sobrevoar a situada cidade do Kuito, disse que a organização de Jonas Savimbi reconheceu assim como "válido o quadro legal que ela negociou livremente e de boa fé".

A reacção do representante de Butros Butros-Ghali em Angola ocorreu no mesmo dia em que o Canadá decidiu seguir o exemplo de outros países e decretou, de acordo com a resolução do Conselho de Segurança da ONU nesse sentido, o embargo total de armas.

petróleo e seus derivados à oposição armada angolana.

Um engenho explosivo de fraca potência foi entretanto neutralizado, ontem à tarde, nas instalações da Rádio Nacional de Angola, disse uma fonte policial à Lusa. Segundo a mesma fonte, a bomba, accionada por um mecanismo de relógio, explodiria às 16h00, hora de maior movimento na emissora, se a polícia não a tivesse desactivado 30 minutos antes.

O drama da população civil angolana ficou ontem marcado pela morte de 15 pessoas, nos arredores de Malanje, vítimas da explosão de uma mina quando iam para a lavra, e pelo cancelamento, por falta de autorização da UNITA, de dois voos do Programa Alimentar Mundial (PAM) destinados a cinco regiões controladas pela organização — Maquela do Zombo, Cazombo, Jamba, Uíge e Huambo.

Oito outros voos com ajuda alimentar, estes da Caritas Internacional, aguardam luz verde quer da UNITA quer do Governo angolano para seguirem para o Kuito, cuja pista está operacional, segundo fontes da PAM, e o Huambo. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Pereira, Marcelo Brito e Art e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação de Produção Gráfica Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Wilson Neto (arte-final); Glória de Conceição e Sônia Maria (composição). Administração, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados a: (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and unreturned to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel (021)531-2000 - 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: instituições: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

I M P R E S S O